

# ADESÃO A VALORES PÓS-MATERIALISTAS NAS REGIÕES DO BRASIL

## ADHERENCE TO POST-MATERIALIST VALUES IN THE REGIONS OF BRAZIL

Warley Ferreira Silva\*  
Bruno Mello Souza\*\*

### Introdução

Com o processo de redemocratização do Brasil em meados da década de 1980, estudos que versavam sobre cultura política e a relação do brasileiro com a democracia e suas partes constituintes puderam ser realizados. Os anos posteriores à volta da democracia no Brasil foram acompanhados, para além dos avanços formais da democracia como a liberdade de organização partidária e eleições diretas, pela inserção dos direitos civis anteriormente reprimidos durante a ditadura militar, inaugurando um novo momento político-institucional para o país (Viscarra; Souza, 2022).

Muitos dos estudos que trabalharam sobre o tema identificaram, no processo

transicional à democracia, falhas que deram margem à manutenção de posturas e valores ligados a um passado autoritário recente. Além disso, constataram que esse processo aparentemente virtuoso e ascendente da democracia aconteceu de maneira desigual e contraditória (Moisés, 1995; Dagnino, 2004), constringendo o desenvolvimento do novo regime de maneira mais substantiva.

Correlacionando essas questões com a adesão à democracia em países da América Latina, Fuks *et al.* (2016) destacam a existência de uma preferência para com a democracia como forma de governo em diferentes partes do mundo, e que o Brasil segue a mesma tendência. No entanto, como já constatado por grande parte da literatura

\* Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Brasil. E-mail: warley.ufpi1@outlook.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-4058-9263>.

\*\* Universidade Federal do Piauí (UFPI), Teresina, PI, Brasil. E-mail: brunosouza@cchl.uespi.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1611-0581>.

que discute adesão à democracia, principalmente em países com recente processo de transição democrática, deve existir cautela quanto a essa adesão (Moisés, 1995, 2010; Baquero, 2008; Menenguello, 2006).

A cautela exigida pelos autores acima citados vai ao encontro do que David Easton (1965) chamou de “estoque de apoio” necessário para o bom funcionamento democrático e para a qualidade do regime. Ou seja, o processo de adesão democrática necessita estar aliado a fatores subjetivos, valores e atitudes dos sujeitos, para que a democracia tenha estabilidade e qualidade. Dessa maneira, a partir da compreensão desses princípios que são intrínsecos à democracia, os atores políticos conscientes da importância do regime, das suas instituições e normas, optariam por defendê-la, mesmo sob adversidades. Isso pode propiciar um cenário capaz de garantir o avigoramento da qualidade do regime (Borba; Cardoso, 2021).

Partindo dessas constatações, a ancoragem teórica na qual assentamos esta pesquisa é a abordagem culturalista de democracia. Essa temática foi inicialmente inserida na literatura da Ciência Política por Almond e Verba (1965). As concepções trazidas por esses autores tratam do modo como os sujeitos se veem representados e participantes na política. Em linhas gerais, podemos dizer que são percepções, sentimentos e avaliações sobre o sistema político em uma determinada sociedade. Cabe ressaltar que a maneira como os autores dispõem suas reflexões foi alvo de muitas críticas por passar a ideia de que o formato ocidental de democracia, principalmente dos Estados Unidos e Inglaterra, seria o modelo a ser seguido. Porém, são bases importantes nas discussões acerca do tema (Goulart, 2015).

Dentro da abordagem culturalista, destacamos a teoria do desenvolvimento humano de Ronald Inglehart (1995). A abordagem do referido autor está ligada à hipótese da escassez e da socialização. O autor defende que as sociedades que obtêm satisfação das necessidades materiais básicas modificam os direcionamentos das preocupações dos sujeitos, tornando possível que surjam preocupações e debates para temas como política e educação, por exemplo. Contudo, essas mudanças de foco e orientação não aconteceriam automaticamente entre aqueles que melhoram suas condições de vida. Para além da melhora econômica, seria necessário engendrar uma socialização desde a infância sob tais condições para que esses efeitos sejam sentidos, pois uma mentalidade de escassez, uma vez construída, dificilmente seria revertida em momentos posteriores da vida de um indivíduo. Assim, mudanças dessa natureza tendem a acontecer entre as gerações. As pesquisas de Inglehart baseiam-se em mais de quatro décadas de um longo estudo empírico e teórico que verificou o desenvolvimento de posturas pós-materialistas em diversos países e que é responsável por um dos maiores bancos de dados sobre valores humanos no mundo, o World Values Survey (Ribeiro, 2007).

Considerando-se as discussões acima mencionadas, a presente pesquisa busca responder: o contexto social brasileiro, caracterizado por profundas desigualdades socioeconômicas, pode dificultar a adesão à democracia nas diferentes regiões do país?

A metodologia utilizada é de natureza quantitativa, por meio de dados disponibilizados pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), e se trata de uma pesquisa de alcance nacional realizada em anos de eleições presidenciais no Brasil desde 2002. A referida investigação é coordenada pelo

Centro de Estudos de Opinião Pública (CE-SOP) da Unicamp.

A partir dos dados do ESEB de 2022, cruzamos as variáveis selecionadas por região com a utilização do PSPP Software. Com a finalidade de atribuir suporte estatístico maior para a pesquisa, realizamos

um teste de Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) em todas as variáveis selecionadas. Uma das finalidades do teste do Qui-quadrado é a possibilidade de verificar a existência de associação entre duas variáveis qualitativas (Barbetta, 2002). Neste sentido, as variáveis escolhidas são destacadas no quadro abaixo:

Quadro 1 – Variáveis selecionadas do ESEB 2022

|  |  |
|--|--|
| Adesão à democracia                          | Concordância ou discordância que a democracia é sempre e sob quaisquer circunstâncias preferível a qualquer outra forma de governo.<br>A concordância ou discordância que ter um líder forte no governo é bom para o Brasil, mesmo que o líder não cumpra as regras. |
| Valores ligados à concepção pós-materialista | Posição favorável ou contra a proibição da venda de armas de fogo.<br>Posição favorável ou contra o casamento civil de pessoas do mesmo sexo.<br>As ações para aumentar a representação das mulheres na política são excessivas.                                     |

n=2001

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do ESEB 2022.

## 1. Definição de cultura política e valores pós-materialistas

Em sua obra, *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations* (1965), Almond e Verba apresentam um estudo que busca a compreensão de como os indivíduos de cinco países diferentes se relacionam com valores, crenças, comportamentos e atitudes em relação ao regime político. Os autores afirmam que a cultura política pode ser classificada de três maneiras, no que se refere às orientações políticas dos sujeitos: cognitivas, afetivas e avaliativas. As orientações cognitivas dizem respeito aos conhecimentos e crenças dos indivíduos sobre os objetos políticos. As orientações de cunho afetivo, por sua vez, remetem aos sentimentos de ligação e envolvimento dos cidadãos em relação a tais objetos. Por fim, as orientações avaliativas são uma combinação dos dois tipos anteriores, resultando

em julgamentos e opiniões em relação à política (Almond; Verba, 1965).

Dentro dessa mesma linha, os autores ainda postulam a respeito da autoestima política, que corresponde a uma avaliação sobre a relevância que acreditam ter sobre os acontecimentos políticos e a tomada de decisão dos governos. Para os autores, quanto mais autoestima, mais participação, e assim, maiores as chances de engajamento e inserção política dos indivíduos.

A ideia por trás dos diversos postulados trazidos por Almond e Verba se dá no reconhecimento de que somente o aparato institucional formal não é suficiente para a realização de uma democracia mais efetiva. Ou seja, é necessário que os sujeitos se sintam como peças importantes capazes de compreender as bases institucionais sob as quais vivem, e que percebam em nível subjetivo a diferença que a participação política desenvolve em sua vida (Souza, 2020).

A abordagem culturalista pensada por Almond e Verba (1965) também foi alvo de críticas. Viscarra e Souza (2022) destacaram algumas delas, como o caráter impreciso do termo “cultura política” e um certo etnocentrismo em suas interpretações, no sentido de transmitir a ideia de que em sociedades economicamente mais estabelecidas, haveria uma maior possibilidade de sucesso democrático. Os autores ainda afirmam que essa abordagem “foi superada quando os estudos da cultura política passaram a ser orientados pela tentativa de realizar uma interpretação das culturas políticas de cada país em suas particularidades” (Viscarra; Souza, 2022, p. 181). Castro (2011) também destaca que a teoria possui questionamentos internos e externos, mas que suas ferramentas podem ser fundamentais, desde que se respeitem as peculiaridades de cada sociedade e sua respectiva bagagem histórica. Tal mudança de postura nos auxilia a pensar o caso brasileiro.

Um outro fator trazido na abordagem culturalista de Almond e Verba (1965) e que servirá como um importante apoio para pensarmos o caso brasileiro, trata de considerar o processo histórico de formação de um determinado território e como esse processo formativo pode engendrar características específicas em relação às atitudes, percepções e valores dos indivíduos em relação à política (Souza, 2016).

Ronald Inglehart, durante o ano de 1977, iniciou uma vasta pesquisa denominada “A teoria do desenvolvimento humano”. Trata-se de três décadas de investigações empíricas e teóricas que constatam uma mudança dos valores humanos em direção a uma postura pós-materialista (Ribeiro, 2008). A ideia central por trás da abordagem pós-materialista é a de que os indivíduos que não possuem suas neces-

sidades materiais imediatas sanadas, tendem a destinar sua atenção a garantir sua subsistência. Ou seja, “em um ambiente de insegurança física, marcado pela escassez de condições materiais, os recursos necessários à sobrevivência adquirem alta utilidade marginal e são preteridos em relação às satisfações estéticas, intelectuais e à realização pessoal” (Okado; Ribeiro, 2017). Por outro lado, quando as sociedades alcançam uma situação de maior segurança física e material, os indivíduos socializados em um ambiente econômica e socialmente mais próspero, tenderiam a destinar suas preocupações para temas “pós-materialistas”, de proteção do meio ambiente, valorização da diversidade e autoexpressão e participação democrática.

Os postulados desenvolvidos por Inglehart (1990) acerca dos valores pós-materialistas se baseia, em grande parte, na pirâmide de prioridades de Maslow (1954). Maslow definiu as prioridades dos indivíduos em cinco categorias: “necessidades fisiológicas; segurança e proteção; necessidades de pertencimento ou sociais; estima; e autorrealização”. A interpretação dessa sequência de prioridades afirma que é necessário a satisfação em níveis, uma após a outra. Se não há a satisfação dessas necessidades mais urgentes, não é possível que as preocupações dos sujeitos sejam destinadas para questões de um outro nível. Essa relação foi chamada por Inglehart de “hipótese da escassez” (Okado; Ribeiro, 2017).

Para Inglehart, existe também nas mudanças geracionais pelas quais as sociedades passam, um fator determinante para que indivíduos possam ser classificados como pós-materialistas (Ribeiro, 2008). Ou seja, é necessário tempo para que os indivíduos sejam socializados sob melhores condições materiais para que, aliados à satisfação ma-

terial, aconteçam mudanças valorativas de forma consistente (Inglehart, 1990).

A perspectiva pós-materialista é aplicada principalmente em países que apresentaram um longo período de crescimento econômico, o que não é o caso brasileiro. Segundo Ribeiro e Borba (2010), as melhorias econômicas ocorridas entre países latino-americanos não “têm produzido efeitos da mesma intensidade sobre o percentual de pessoas que valorizam metas e objetivos relacionados à reorientação cultural” (Ribeiro; Borba, 2010, p. 35).

Ribeiro e Borba (2010) defendem que o motivo para que os efeitos do pós-materialismo não se façam sentir fortemente na América Latina pode ser encontrado na desigualdade, na má distribuição de renda e nos altos níveis de pobreza que a região enfrenta historicamente. Nesse contexto de contundentes desigualdades está inserido o Brasil. No país, as desigualdades são encontradas não somente nas discrepâncias entre as classes sociais mais e menos abastadas, mas também entre as diferentes regiões. É desse panorama que trataremos na próxima seção deste artigo.

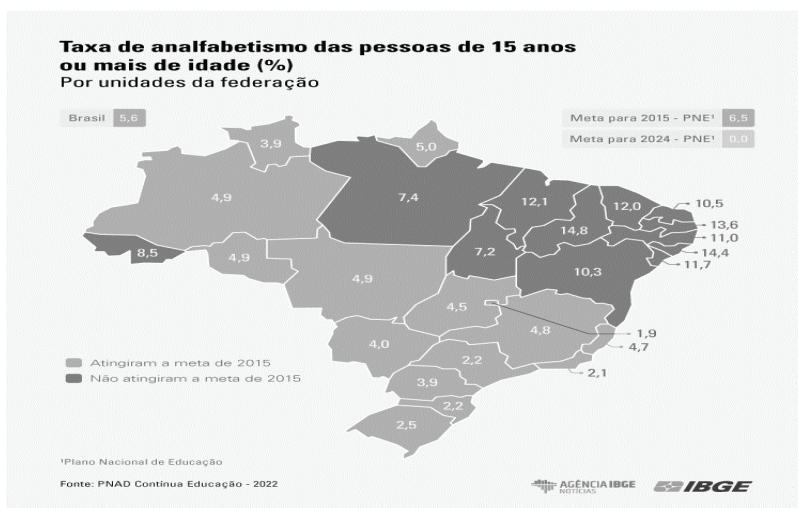
## 2. Desigualdade regional

Na busca por exemplificar e contextualizar a desigualdade nas diferentes regiões do país, serão usados alguns dados levantados pelo IBGE e PNAD no ano de 2022. Essa primeira parte examinará dados de três pontos que são fundamentais em análises acerca da desigualdade social, que são: pobreza e extrema pobreza, educação, e insegurança alimentar.

No que se refere à situação de pobreza e extrema pobreza no Brasil, o IBGE define como pobres os indivíduos com renda mensal de até 637 reais, e como extremamente pobres aqueles que recebem até 200 reais por mês. Em 2022, 31,6% da população estava em situação de pobreza e 5,9% em extrema pobreza. Regionalmente, o Nordeste concentrava o maior número de pessoas nessas condições: com o percentual de 27% da população do nacional, a região abrigava 43,5% das pessoas em situação de pobreza e 54,6% em extrema pobreza. No Norte, 12,8% da população vive em pobreza e 11,9% em extrema pobreza. No Sudeste, esses percentuais eram de 30,7% e 23,8%, respectivamente (Pobreza cai..., 2023).

Um outro fator que será levado em consideração são os níveis de desigualdade educacional entre as regiões, especificamente a taxa de analfabetismo. A pesquisa identificou no país um total de 11,4 milhões de pessoas analfabetas. Em análise regional, o Nordeste possui a maior taxa de analfabetismo com a porcentagem de 11,7 % de pessoas com 15 anos ou mais, analfabetas. A região Sul apresenta a menor taxa, com quase 2,9% dos indivíduos com 15 anos ou mais, analfabetos (Em 2002..., 2023).

Gráfico 1 – Taxa de analfabetismo das pessoas com 15 anos ou mais (por unidade da federação)



Fonte: Agência IBGE, 2022.

O gráfico acima traz a taxa de analfabetismo por unidade da federação, baseado na meta do Plano Nacional de Educação – PNE sancionado em 2014. O plano previa como meta em 2015 chegar a 6,5% (média nacional) e a erradicação do analfabetismo em 2024. Infelizmente, nenhum dos estados do país conseguiu atingir a meta estipulada. Também foi possível observar a discrepância regional no que se refere à alfabetização de pessoas, com 14,2% (dobro da média nacional) dos nordestinos de 15 anos ou mais, analfabetos. A pesquisa também identificou que a taxa de analfabetismo entre pretos e pardos em 2022 é mais que o dobro em comparação com a população branca, com 7,4% e 3,4% (Em 2022..., 2023).

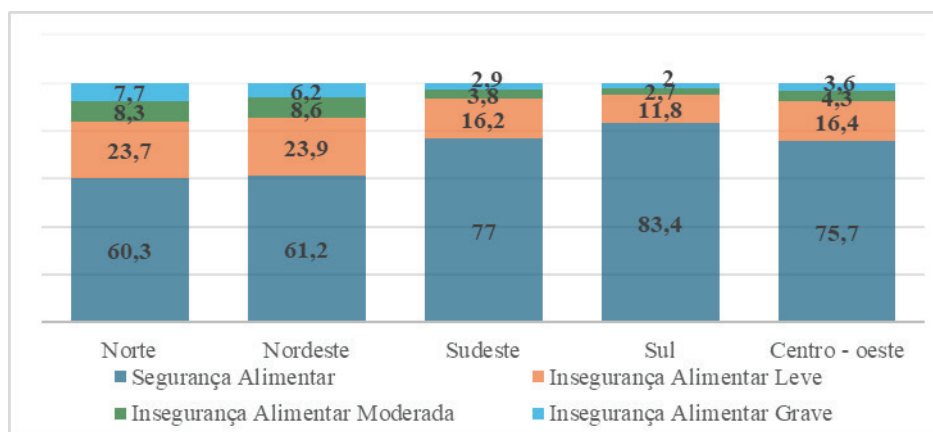
Os dados elencados em 2022 ainda destacaram uma baixa na taxa de alfabetização entre crianças de 4 a 5 anos, como também a baixa no percentual de crianças de 6 a 14 anos na etapa adequada de ensino, com o mais baixo percentual desde 2016. Um agravante: em 2024 o planejamento or-

çamentário de doze estados brasileiros não citou repasses de recursos com foco na educação infantil. Sete desses estados são da região Norte e Nordeste (Em 2022..., 2023).

Um terceiro ponto fundamental na compreensão das desigualdades entre regiões se refere à alimentação. Dados da PNAD de 2022 identificaram uma queda no percentual de pessoas em situação de insegurança alimentar moderada e grave (12,7%) em 2018, em comparação com 2023 (7,4%). Em 2023, a PNAD identificou que 21,6 milhões de domicílios apresentavam algum grau de insegurança alimentar “sendo que 14,3 milhões se enquadraram no nível leve, 4,2 milhões no moderado e 3,2 milhões no grave” (Segurança..., 2024). A pesquisa também levantou que as áreas rurais são as que mais são acometidas com insegurança alimentar (12,7%), em comparação com as áreas urbanas (8,9%).

Para o recorte regional temos a seguinte situação:

Gráfico 2 – Domicílios em situação de Segurança Alimentar por região (%)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da PNAD de 2023.

Conforme os dados expressos, a PNAD identificou maior presença da insegurança alimentar leve, moderada e grave nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Pensando na insegurança alimentar leve, identificou-se que “aproximadamente ¼ dos domicílios nas regiões Norte (23,7%) e Nordeste (23,9%), vivendo com preocupação ou incerteza” de se ter o que comer; para moderada e grave “o Norte (7,7%) teve cerca de quatro vezes mais domicílios convivendo com restrição severa de acesso aos alimentos, ou seja, com insegurança alimentar grave”, seguido pela região Nordeste com 6,2% e Centro-oeste com 3,6%, Sudeste e Sul aparecem com 2,9% e 2%, “convivendo com a restrição severa de acesso aos alimentos ou com insegurança alimentar grave” (Segurança..., 2024).

Nesta seção, foram expostos dados da desigualdade regional presente no Brasil baseado na taxa de pobreza e extrema pobreza, taxa de analfabetismo, e insegurança alimentar. Para todos esses indicadores

buscamos trazer o recorte regional, com a finalidade de observarmos como esses indicadores se comportam. Percebemos que esses indicadores tendem a apontar para uma maior discrepância entre as regiões Norte e Nordeste do país, principalmente quando analisamos questões ligadas à renda, taxa de analfabetismo e insegurança alimentar. É justamente nessa discrepância que as preocupações deste texto se concentram. Ou seja, na falta de bases mínimas para discussão de democracia e na existência de grupos que sentem com maior força o peso das desigualdades sociais no Brasil.

### 3. Resultados e discussões

Nesta seção, discutiremos acerca de como a adesão à democracia pode ser percebida quando correlacionada com questões ligadas à desigualdade regional e a valores pós-materialistas nas diferentes regiões do Brasil. Inicialmente destacaremos o teste (x<sup>2</sup>) feito com todas as variáveis seleciona-

das, relacionando-as com as regiões do país (Tabela 1).

Com o fim de analisarmos a adesão à democracia, consideraremos duas variáveis: a preferência para com a democracia em comparação com qualquer outra forma de governo (Tabela 2); e a concordância ou discordância quanto a ter um líder forte, mesmo que ele não cumpra as regras (Tabela 3). Para adesão a valores pós-materialistas, trouxemos três pontos: posição favo-

rável ou contrária à proibição da venda de armas de fogo (Tabela 4); a concordância ou discordância de que as ações para aumentar a participação das mulheres na política são excessivas (Tabela 6); e a posição favorável ou contrária ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo (Tabela 7).

Para auxílio nessa interpretação, o teste Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) elaborado nos permitiu verificar a existência de associação entre as variáveis selecionadas e as regiões do país.

Tabela 1 – Teste Qui-quadrado ( $\chi^2$ )

| Variável                                    | $\chi^2$ | P (valor) |
|---|----------|-----------|
| Preferência pela democracia                 | 60,65    | P<0,05    |
| Preferência por um líder forte              | 63,79    | P<0,05    |
| Representação feminina na política          | 102,52   | P<0,05    |
| Proibição da venda de armas de fogo         | 41,66    | P<0,05    |
| Casamento civil entre pessoas do mesmo sexo | 45,15    | P<0,05    |

Fonte: elaboração própria com base em dados do ESEB de 2022.

O teste do Qui-quadrado confirma que existe relação entre as variáveis escolhidas e a regiões do país. Em outras palavras, do ponto de vista estatístico existem relações entre preferência pela democracia, preferência por líder forte, opinião sobre representação das mulheres na política, sobre proibição da venda de armas de fogo e so-

bre casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, e a região na qual os entrevistados residem. A partir dessa constatação inicial, é possível verificar, na prática, como essas variáveis se configuram tendo em vista a região do Brasil. Iniciamos examinando a preferência pela democracia entre as diferentes regiões.

Tabela 2 – Concordância ou discordância que a democracia é sempre preferível a qualquer outra forma de governo

| Região       | Concorda muito/pouco | Nem concorda nem discorda | Discorda muito/pouco |
|--------------|----------------------|---------------------------|----------------------|
| Sudeste      | 79,6                 | 7,2                       | 13,2                 |
| Sul          | 82,0                 | 4,4                       | 13,6                 |
| Centro-oeste | 80,0                 | 2,7                       | 17,4                 |
| Norte        | 67,8                 | 11,7                      | 20,5                 |
| Nordeste     | 66,8                 | 16,0                      | 17,2                 |

n= 2001.

Fonte: elaboração própria com base em dados do ESEB 2022.



Esse tipo de questão é bastante difundido na literatura de cultura política e adesão democrática, por nos proporcionar uma visão da adesão normativa à democracia. Quando questionados acerca da concordância que a democracia é sempre preferível a qualquer outra forma de governo, a resposta dos entrevistados variou entre: entre: 82% da região Sul, 80% do Centro-oeste, 79,6% do Sudeste, 67,8 do Norte e 66,8 da região Nordeste concordam com essa afirmação, ou seja, com a preferência pela democracia.

Considerando as desigualdades regionais elencadas na seção anterior, as regiões Norte e Nordeste, além de apresentarem menor apoio normativo à democracia, são as mais afetadas pela pobreza, extrema pobreza, analfabetismo e insegurança alimentar. Quando comparamos esses indicadores com os das outras regiões do país, fica evidente a discrepância. De acordo com a abordagem teórica proposta, essa discrepância material pode influenciar na adesão à democracia como um valor a ser internalizado. Argumentamos que a falta de acesso a esses recursos tem criado um cenário que afasta os eleitores de uma compreensão mais profunda do que a democracia significa. Essa escassez de recurso pode contribuir para a redução da democracia à aspectos procedi-

mentais, alimentando o imaginário de sua inutilidade, uma vez que a realidade social desses grupos não muda.

Quando consideramos os postulados de Easton (1965), é seguro afirmar que há um apoio “difuso” ao regime. Como também estudos de Moisés (1995) já trouxeram essa preferência pela democracia a outras formas de governo entre os brasileiros. Esses dados, à primeira vista, podem parecer promissores e mostrar um cenário de avigoramento democrático. No entanto, objetivamos com este estudo perceber a adesão à democracia em seu sentido amplo e sob uma visão que contemple mais de uma dimensão. São as entrelinhas e os elementos subjetivos como os valores, os princípios e atitudes que atribuem qualidade à democracia. Essas subjetividades serão discutidas abaixo (Schedler; Sarsfield, 2007).

Para além da percepção ambivalente já constatada dos brasileiros quanto à adesão à democracia, a discussão proposta para este texto destina suas principais preocupações à percepção que os indivíduos possuem da democracia nas diferentes regiões do Brasil. Quando nos deparamos com os dados da Tabela 3, que traz o questionamento acerca de que ter um líder forte é bom para o Brasil, mesmo que ele não cumpra as regras.

Assim, temos o seguinte cenário:

Tabela 3 – Concordância ou discordância de que ter um líder forte no governo é bom para o Brasil mesmo que o líder não cumpra as regras

| Região       | Concorda muito/pouco | Nem concorda nem discorda | Discorda muito/pouco |
|--------------|----------------------|---------------------------|----------------------|
| Sudeste      | 23,2                 | 4                         | 72,7                 |
| Sul          | 24,0                 | 3,9                       | 72,1                 |
| Centro-oeste | 32,2                 | 7,3                       | 60,5                 |
| Norte        | 39,4                 | 6,2                       | 54,5                 |
| Nordeste     | 35,0                 | 9,5                       | 55,5                 |

n= 2001.

Fonte: elaboração própria com base em dados do ESEB 2022.

Pensando no recorte regional, o Norte se destaca entre aqueles que afirmam concordar com a ideia de ter um líder forte no Brasil, mesmo que ele não siga as regras. Dos entrevistados no Norte do país, 39,4% concordam com a ideia de um líder forte que não siga as regras. Em sequência vem a região Nordeste com 35%, logo depois vem a região Centro-oeste com 32,2%, Sul com 24%, e Sudeste com 23,2%.

Uma das interpretações que podem ser feitas quando analisamos os dados elencados acima é que há uma clara distorção da percepção dos brasileiros quanto à democracia enquanto regime e os aspectos institucionais e de representação política que a sustentam, especialmente entre os indivíduos localizados no Norte e Nordeste do país. Ou seja, nas regiões onde a pobreza, analfabetismo e a insegurança alimentar são maiores, por exemplo, os indivíduos enfrentam maiores complicações para a internalização de valores que são intrínsecos ao bem-estar democrático. Pode-se postular também que o tempo destinado para a garantia dos meios básicos para a sobrevi-

vência ocupam espaço prioritário na vida desses indivíduos. Isso faz com que temas como democracia, socialização política e participação ocupem um espaço inferior. Pensando na atual crise da democracia, os efeitos que esse tipo de relação pode causar a longo prazo são preocupantes.

A discussão quanto à internalização desses valores se torna bem mais complexa em países em que o processo de reconstrução democrática é relativamente recente, como é o caso de grande parte dos países da América Latina. No Brasil, a pouca responsividade da democracia após seu retorno, não foi capaz de romper com suas bases elitistas e lidar com instabilidades econômicas, fez com que aspectos desse passado fossem transmitidos para as instituições e para o imaginário da população (Moisés, 2008, 2010; Souza, 2016).

Iniciando o debate quanto à adesão a valores pós-materialistas, a Tabela 4 traz a questão relacionada à posição favorável ou contrária à proibição da venda de armas de fogo nas regiões brasileiras.

Tabela 4 – Posição favorável ou contrária à proibição da venda de armas de fogo?

| Região       | A favor | Contra | Depende |
|--------------|---------|--------|---------|
| Sudeste      | 44,4    | 49,9   | 5,7     |
| Sul          | 49,4    | 46,7   | 3,9     |
| Centro-oeste | 34,7    | 57,0   | 8,3     |
| Norte        | 34,2    | 61,6   | 4,2     |
| Nordeste     | 33,6    | 63,2   | 3,2     |

n=2001.

Fonte: elaboração própria com base em dados do ESEB 2022.

Para a posição favorável ou contrária à proibição da venda de armas de fogo, obtivemos o seguinte cenário: 63,2% dos nordestinos, assim como 61,6% dos eleitores da região Norte, 57% do Centro-oeste, 49,9% do Sudeste e 46,6% do Sul, declararam ser contrários à proibição da venda de armas de fogo.

Um levantamento que nos auxilia no detalhamento dessa questão, foi realizado a partir dos dados levantados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA em 2021, que trouxe o perfil dos indivíduos mortos por armas de fogo no Brasil. Neste perfil, o IPEA destaca entre outras características, o gênero, idade, raça/cor, escolaridade e a região das vítimas. Foi identificado que, 91,2% são homens e 7,9% são mulheres. A idade varia entre 15 e 27 anos para os homens e 15 e 32 para as mulheres. Quanto à raça, as mortes são majoritariamente de pretos e pardos, 76% homens e 66% mulheres. No que se refere à escolaridade,

o IPEA identificou que pessoas com baixa escolaridade (4 a 7 anos de estudo) estão entre as principais vítimas de armas de fogo no Brasil: 73% entre homens e 66% entre as mulheres.

Para a região, o IPEA também trouxe uma série histórica partindo do ano de 1980 a 2022, com a taxa de homicídio por arma de fogo a cada 100 mil habitantes por região. Pensando em um recorte mais curto e numa discussão que ganhou foco a partir de 2018, adaptamos um recorte a partir de 2018. É relevante destacarmos que durante os anos de 2019 a 2022, 1.354.751 armas de fogo entraram em circulação no Brasil. Esse aumento foi progressivo a partir de 2018 com seu ápice em 2022, quando 553.379 novas armas foram registradas, sendo 431.137 de colecionadores, atiradores desportivos e caçadores e 122.242 armas registradas por pessoas comuns para defesa pessoal (Oliveira, 2023).

Tabela 5 – Taxa de homicídios por arma de fogo a cada 100 mil habitantes por região (%)

| Região         | 2018  | 2019  | 2020  | 2021  | 2022  |
|----------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Norte          | 31,65 | 23,71 | 20,10 | 22,99 | 23,77 |
| Nordeste       | 33,46 | 24,78 | 30,19 | 28,48 | 27,95 |
| Sudeste        | 10,71 | 7,61  | 8,04  | 7,95  | 7,77  |
| Sul            | 13,57 | 10,59 | 11,02 | 10,28 | 12,05 |
| Centro - oeste | 18,64 | 14,85 | 14,72 | 12,01 | 13,49 |

Fonte: adaptado do IPEA, 2022.

Torna-se extremamente preocupante que o percentual de pessoas mortas em 2018 seja quase que três vezes maior no Norte e Nordeste, que na região Sul e Sudeste, por exemplo. E quando traçado o perfil das vítimas, percebe-se mais uma vez a predominância de pessoas pretas e pardas e baixa escolaridade. Esse cenário mostra também a

visão contrastante: pouco apoio à proibição da venda de armas de fogo nessas regiões, justo nas regiões que mais sofrem com o índice de mortes.

Existem diversos estudos que buscam identificar quais as principais causas dessas mortes. O *Atlas da Violência* (2024), desenvolvido pelo IPEA, expôs um estudo desen-

volvido em 2019 pelo Centro de Estudos em Segurança Pública (CESeC), que coloca o proibicionismo às drogas como umas das principais causas de mortes violentas no Brasil. Esse estudo abordou os impactos da proibição às drogas a partir de três pontos: custo financeiro para o Estado, impacto na educação e impacto à saúde.

Para o primeiro ponto do estudo, a pesquisa mostrou que somente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, o custo do combate às drogas pode chegar a 5,2 bilhões de reais no ano, e não gera os resultados esperados. Para o impacto na educação, somente no Rio de Janeiro foram registrados, em 2019, mais de 4 mil tiroteios em comunidades mais fragilizadas. Para esse estudo, há uma relação direta entre esses tiroteios e a participação escolar, evasão, rendimento

escolar dos estudantes, futuro profissional e exposição à violência. Os tiroteios também foram utilizados na análise do impacto à saúde. Para a pesquisa, a impossibilidade de circulação da população, por conta dos tiroteios, dificulta o acesso aos serviços básicos de saúde nas comunidades e do próprio funcionamento das Unidades básicas de Saúde (UBS). Isso pode ser um impulsionador para o aumento de problemas de saúde física e mental dos moradores, como também dos agentes de segurança pública (Atlas da Violência, 2024).

A Tabela 6 expõe a posição favorável ou contrária ao casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Questões como essas auxiliam a pensar como temáticas, que são correlacionadas a essas, são tratadas no Brasil.

Tabela 6 – Posição favorável ou contrária ao casamento civil de pessoas do mesmo sexo? (%)

| Região       | A favor | Contra | Depende |
|--------------|---------|--------|---------|
| Sudeste      | 56,8    | 38,7   | 4,5     |
| Nordeste     | 47,6    | 48,7   | 3,7     |
| Centro-oeste | 48,0    | 40,7   | 11,3    |
| Norte        | 41,8    | 53,6   | 4,6     |
| Sul          | 61,7    | 33,4   | 4,9     |

n=2001.

Fonte: elaboração própria com base no ESEB 2022.

Para a aceitação do casamento homossexual, 61,7% dos eleitores da região Sul afirmaram posição favorável. Seguidos pela Sudeste com 56,8%, Centro-oeste com 48%, Nordeste com 47,6% e Norte com 41,8%. Destacamos que somente a partir de 2013 o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo teve sua realização legal garantida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Desde então muitos avanços foram possíveis, e a possibilidade de casamentos fora da perspectiva heteronormativa ga-

nhou visibilidade nos debates políticos e acadêmicos, apesar da resistência em nível nacional para o respeito social à diversidade (Guerra, 2013).

Para essa análise, cabe o destaque para as regiões Sul e Sudeste com os maiores percentuais de aceitação do casamento homossexual. Uma possível explicação para isso talvez se dê tanto pelo viés do desenvolvimento econômico dessa região, quanto pela diversidade cultural das grandes metrópoles situadas nessas regiões. Isso pode pos-

sibilitam uma circulação maior de pessoas, eventos que pautem a temática e a presença de movimentos sociais diversos com discussões e circulações de informações acerca do tema sejam possíveis.

As regiões Norte e Nordeste do Brasil são as que menos apoiam o casamento homossexual, com um maior destaque para o Norte. Uma explicação possível para isso é o conservadorismo predominante na região, que pode ter se intensificado pela influência política do agronegócio, que nos últimos anos tem se alinhado com setores conservadores da política nacional. Esse conservadorismo também é fortalecido pelo crescimento das igrejas evangélicas pentecostais, que, organizadas principalmente em partidos de centro-direita, lideram agendas caras às políticas de gênero e LGBTQIAP+ no Brasil. Esses grupos argumentam que tais políticas ameaçam a liberdade religiosa e a integridade moral das crianças e das famílias brasileiras (Facchini; Síviori, 2017).

Uma outra explicação possível é que a questão econômica pode ter mais influência no eleitorado dessas regiões, que valores conservadores e/ou antidemocráticos. Esse viés de análise se baseia no histórico

de votação em partidos mais à esquerda do espectro político. Uma das razões para isso, podem ser os programas sociais de redistribuição de renda e sua capacidade de influência nessas regiões e que independentemente de valores mais progressistas. Por outro lado, regiões mais ricas poderiam votar mais à direita por defender uma perspectiva economicamente mais voltada ao mercado, liberal, abraçando-se a projetos políticos mais conservadores do que pelos valores de costumes defendidos por esses grupos. A economia enquanto uma força capaz de alterar resultados eleitorais, foi trabalhada por Almeida e Garrido (2022). Utilizando os cenários para as eleições de 2018 e 2022, os autores constataram que o avanço significativo no uso das redes sociais nas campanhas eleitorais e seu uso na disseminação de informações não foram capazes de alterar a opinião pública quanto à economia. E isso fez total diferença nestes dois pleitos.

A Tabela 7 traz a concordância ou discordância de que as ações para aumentar a participação das mulheres na política são excessivas.

Tabela 7 – Concorda ou discorda que as ações para aumentar a participação das mulheres na política são excessivas (%)

| Região       | Concorda | Nem concorda nem discorda | Discorda |
|--------------|----------|---------------------------|----------|
| Sudeste      | 41,3     | 7,2                       | 51,5     |
| Nordeste     | 65,7     | 8,4                       | 26,0     |
| Centro-Oeste | 57,6     | 8,9                       | 33,5     |
| Norte        | 64,0     | 6,6                       | 29,4     |
| Sul          | 53,4     | 6,8                       | 39,8     |

n=2001.

Fonte: elaboração própria com base no ESEB 2022.

Para essa afirmativa, 65,7% dos nordestinos concordam que as ações para aumentar a participação das mulheres na política são excessivas. Logo depois vêm os eleitores do Norte, com 64% afirmando que essas ações são excessivas. Seguidos por 57,6% do Centro-oeste, 53,4% da região Sul, e 41,3% da Sudeste.

A Tabela 7 parece reforçar a ideia de que o ambiente em que as pessoas vivem influencia sua relação com os princípios fundamentais da democracia. Uma interpretação que sugerimos é que o estímulo à participação das mulheres na política pode ser visto por alguns como secundário diante de problemas mais urgentes, competindo por atenção e recursos do poder público. É importante lembrar que, assim como ocorre com questões relacionadas ao público LGBTQIAP+, as mulheres enfrentam desafios em todo o país na luta por respeito e representatividade.

No entanto, vale refletir sobre como esses temas podem se tornar ainda mais complexos em contextos de maior escassez, e de como isso pode estar ligado ao afastamento das mulheres e da comunidade LGBTQIAP+ dos espaços de representação. Quando recordamos, por exemplo, dos índices de pobreza e extrema pobreza e analfabetismo que essas regiões enfrentam, pode-se imaginar que as mulheres dessas localidades podem enfrentar maiores probabilidades de sofrerem com o machismo, de dedicarem mais tempo aos espaços de cuidado, distanciando-se assim da vida pública, como também de ações deliberativas e de organização política.

Pensando pelo viés institucional, esse tipo de percepção pode levar ao enfraquecimento tanto da representatividade das mulheres nas esferas de poder, quanto das políticas públicas destinadas a elas. Segundo um levantamento do TSE Mulheres, apesar do avanço de ações que visem o fortaleci-

mento da participação feminina nas eleições, em 2022 foram eleitas apenas duas governadoras e quatro senadoras em todo o Brasil. Vale lembrar que as cotas de gênero estão em vigor há mais de 25 anos, determinando que cada partido deve garantir ao menos que 30% das vagas sejam destinadas a mulheres. Em 2018, o TSE avançou nesse tema ao decidir também que pelo menos 30% dos recursos do Fundo Eleitoral e do tempo de propaganda gratuita devem ser destinados a candidaturas femininas. No entanto, esse avanço ainda se mostra tímido e pode se tornar ainda mais problemático se considerarmos as candidaturas de mulheres pardas e pretas e a margem considerável de candidaturas fictícias e de fraudes nas cotas de gênero (TSE Mulheres..., 2024).

## Considerações finais

Este estudo se propôs a investigar se o contexto social brasileiro dificulta a adesão a valores pós-materialistas nas diferentes regiões do Brasil. Fundamentamos a ideia das diferenças regionais nos indicadores sociais levantados pelo IBGE e na PNAD 2022. Como metodologia adotamos o método quantitativo a partir de dados do ESEB, em sua onda de 2022, buscando identificar: a preferência pela democracia, preferência por um líder forte no governo, proibição da venda de armas de fogo, casamento entre pessoas do mesmo sexo e participação das mulheres na política.

O estudo revelou que há uma relação entre as desigualdades regionais e a percepção das pessoas acerca de valores fundamentais para o bem-estar e legitimidade da democracia no Brasil. A análise das variáveis selecionadas revelou diferenças significativas na forma como os eleitores de diferentes regiões do país interpretam valores próximos

à abordagem pós-materialista. As regiões Norte e Nordeste apresentaram maiores discrepâncias nessas interpretações.

Defendemos durante o texto que isso pode ser explicado pelo fato de que os indivíduos dessas regiões enfrentam maiores dificuldades para internalização de valores benéficos ao bem-estar democrático. Acreditamos que as pessoas dessas regiões que sofrem com algum tipo de escassez, precisam dedicar mais tempo para garantir sua sobrevivência, e temas como democracia, pautas à comunidade LGBT, de gênero e participação/organização política ficam em segundo plano.

Uma das variáveis que nos ajudam a traçar esse paralelo é a que reflete acerca da proibição da venda de armas de fogo. As regiões Norte e Nordeste apresentam os maiores percentuais de eleitores que afirmam serem contra a proibição da venda de armas de fogo, apesar de serem as principais vítimas delas. No detalhamento do perfil das pessoas que mais são vítimas de armas, a maioria são homens com idades entre 15 e 27, pretos e pardos e com baixa escolaridade (4 a 7 anos de estudo). Quanto à região, os maiores índices de mortes por 100 mil habitantes são das regiões Norte e Nordeste, com médias que são muito superiores às de outras regiões do país.

No entanto, acreditamos que a discussão sobre este tema está longe de ser concluída. Para isso, acreditamos que é necessário aprofundar esta análise, abordando duas questões principais: como ampliar a compreensão das influências das desigualdades sociais nas diferentes regiões? E como explorar mais detalhadamente as diferenças históricas e sociais entre essas regiões, de modo a entender melhor as razões por trás das variações regionais na interpretação dos valores associados ao pós-materialismo?

## Referências

- ALMOND, G.; VERBA, S. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little, Brown and Company, 1965.
- ALMEIDA, A. C.; GARRIDO, T. *A mão e a luva: o que elege um presidente*. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2022.
- ATLAS da violência. IPEA, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/7868-atlas-violencia-2024-v11.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2024.
- BAQUERO, M. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, p. 380-413, 2008.
- BAQUERO, M.; GONZÁLEZ, S. R. Cultura política, mudanças econômicas e democracia inercial: Uma análise pós-eleição de 2014. *Opinião Pública*, Campinas, v. 22, n. 3, p. 492-523, 2016.
- BARBETTA, A. P. *Estatística aplicada às Ciências Sociais*. 5. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.
- BORBA, J.; CARDOSO, G. R. Legitimidade democrática e apoio político: inovações recentes no debate internacional. *Opinião Pública*, Campinas, v. 27, n. 2, p. 333-359, 2021.
- CASTRO, H. C. O. *Cultura Política, Democracia e Hegemonia na América Latina*. Universidade de Brasília, p. 79-96, 2011. Disponível em: [http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/24737/3/ARTIGO\\_CulturaPoliticaDemocracia.pdf](http://www.realp.unb.br/jspui/bitstream/10482/24737/3/ARTIGO_CulturaPoliticaDemocracia.pdf). Acesso em: 25 ago. 2024.
- DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política e Sociedade*, Florianópolis, n. 5, p. 139-164, out. 2004.
- EASTON, D. *A Systems Analysis of Political Life*. Nova York: John Wiley & Sons, 1965.
- EM 2022, analfabetismo cai, mas continua mais alto entre idosos, pretos e pardos e no Nordeste. Agência IBGE Notícias, 7 jun. 2023. Disponível

- em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37089-em-2022-analfabetismo-cai-mas-continua-mais-alto-entre-idosos-pretos-e-pardos-e-no-nordeste>. Acesso em: 7 maio 2024.
- ESTUDO Eleitoral Brasileiro - ESEB 2018. **Democracia, Populismo e Corrupção**. Disponível em: <https://www.cesop.unicamp.br/democracia/survey/detalhes/id/59/titulo/Estudo%20Eleitoral%20Brasileiro%20-%20ESEB%202018/>. Acesso em: 14 mar. 2021.
- FUKS, M. *et al.* Qualificando a adesão à democracia: quão democratas são os democratas brasileiros? *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 19, p. 199-219, jan./abr. 2016.
- FACCHINI, R.; SÍVORI, H. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 50, 2017.
- GOULART, B. O conceito de cultura política nas Ciências Sociais e as especificidades brasileiras. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, Santa Maria-RS, v. 5, n. 1, p. 111-133, jan./jun. 2015.
- GUERRA, A. Conjugalidade, parentalidade, regulação da cidadania e direitos humanos de lésbicas, gays e transgêneros no Brasil. *CENÁRIO*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 122-136, 2013.
- INGLEHART, R. Public support for environmental protection: objective problems and subjective values in 43 societies. *Political Science and Politics*, Cambridge, v. 28, p. 57-72, 1995.
- INGLEHART, R. *Culture Shift in Advanced Industrial Society*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- INGLEHART, R. *The Silent Revolution*. Princeton: Princeton University Press, 1977.
- MASLOW, A. *Motivation and personality*. New York: Harper, 1954.
- MENENGUELLO, R. Aspects of democratic performance: democratic adherence and regime evaluation in Brazil. *Revue Internationale de Sociologie*, Paris, v. 16, n. 32, p. 617-635, 2006.
- MOISÉS, J. A. Os significados de democracia segundo os brasileiros. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 2, p. 269-309, nov. 2010.
- MOISÉS, J. A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 11- 43, fev. 2008.
- MOISÉS, J. A. *Os brasileiros e a democracia: bases sociopolíticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Ática, 1995.
- MOISÉS, J. A. Democratização e cultura política de massas no Brasil. *Lua Nova Especial*, São Paulo, n. 26, p. 5-51, 1992.
- OKADO, L. T. A.; RIBEIRO, E. A. Mudança de valores em países latino-americanos: comparando os índices de pós-materialismo e valores emancipatórios. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 24, p. 7-48, set./dez. 2017.
- OLIVEIRA, C. Mais de um milhão de armas entraram em circulação durante governo Bolsonaro. *Brasil de Fato*, 13 fev. 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/02/14/mais-de-um-milhao-de-armas-entrou-em-circulacao-durante-governo-bolsonaro>. Acesso em: 10 maio 2024.
- POBREZA cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021. *Agência IBGE Notícias*, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021>. Acesso em: 13 jun. 2024.
- RIBEIRO, E. A. Valores pós-materialistas e adesão normativa à democracia entre os brasileiros. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 103-133, jul./dez. 2008.
- RIBEIRO, E. A. Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 28, p. 205-219, 2007.



RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Participação e pós-materialismo na América Latina. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 28-63, jun. 2010.

SEGURANÇA alimentar nos domicílios brasileiros volta a crescer em 2023. 25 abr. 2024. Agência IBGE Notícias, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>. Acesso em: 10 maio 2024.

SCHEDLER, A.; SARSFIELD, R. Democrats with adjectives: linking direct and indirect measures of democratic support. *European Journal of Political Research*, p. 637-659, 2007.

SOUZA, B. M. Impactos das opiniões a respeito da democracia brasileira sobre as escolhas do eleitor “Terceira Via” nas eleições presidenciais (2002-2014). *Política Hoje*, Recife, v. 29, p. 197-214, 2020.

SOUZA, B. M. Transições e democracia: impactos da confiança nas forças Armadas sobre a cultura política e o capital social de Brasileiros e argentinos. 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

TAXA de homicídio por arma de fogo. Atlas da violência, s/d. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/35>. Acesso em: 15 jul. 2024.

TSE Mulheres: portal reúne estatísticas sobre eleitorado e participação feminina na política. TSE, 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2023/Janeiro/tse-mulheres-portal-reune-estatisticas-sobre-eleitorado-e-participacao-feminina-na-politica>. Acesso em: 1 de agosto de 2024.

VISCARRA, S; SOUZA, B. M. A relação dos porto-alegrenses com as esferas formais da democracia (1968-2013). *Revista de Ciência Política*, v. 60, n. 2, p. 175-202, 2022.

## RESUMO

O principal objetivo desta pesquisa é investigar a adesão a valores pós-materialistas e a sua relação com a democracia nas diferentes regiões do Brasil. Este estudo é guiado pela seguinte pergunta de pesquisa: o contexto social brasileiro, caracterizado por profundas desigualdades socioeconômicas, pode dificultar a adesão à democracia nas diferentes regiões do Brasil? Para isso, contamos com o suporte da teoria culturalista da democracia e suas correlações com a teoria do desenvolvimento humano de Ronald Inglehart, e das desigualdades sociais do Brasil e de suas regiões. A metodologia utilizada é de natureza quantitativa, por meio de dados disponibilizados pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) realizado em 2022. Cruzamos as variáveis selecionadas por região com a utilização do PSPP Software e realizamos um teste de Qui-quadrado ( $\chi^2$ ) em todas as variáveis selecionadas. Como principais achados, defendemos que as regiões que sofrem maior escassez, enfrentam maiores complexidades para a internalização e defesa de temas como democracia, pautas ligadas à comunidade LGBT e de gênero.

### PALAVRAS-CHAVE

Valores pós-materialistas. Democracia. Desigualdade social. Desigualdade regional.

## ABSTRACT

The main objective of this research is to investigate the adherence to post-materialist values and their relationship with democracy in different regions of Brazil. This study is guided by the following research question: Can the Brazilian social context, characterized by deep socioeconomic inequalities, hinder adherence to democracy in different regions of Brazil? To this end, we rely on the culturalist theory of democracy and its correlations with Ronald Inglehart's theory of human development and the social inequalities in Brazil and its regions. The methodology used is quantitative in nature, utilizing data provided by the Brazilian Electoral Study (ESEB) conducted in 2022. We cross-referenced the selected variables by region using PSPP Software and performed a Chi-square ( $\chi^2$ ) test on all selected variables. The main findings suggest that regions facing greater scarcity encounter more complexities in the internalization and defense of issues such as democracy, LGBT community issues, and gender-related topics.

### KEYWORDS

Post-materialist. Democracy. Social inequality. Regional inequality.

Recebido em: 16/08/2024  
Aprovado em: 13/10/2024